

Regimento atrasa pedido do PT no Conselho de Ética

ROSA COSTA

BRASÍLIA – Dois obstáculos regimentais devem atrasar a votação no Conselho de Ética do Senado do recurso pela apuração das suspeitas de envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) no caso dos grampos da Bahia. Os senadores descobriram em cima da hora que a composição do conselho precisa ser alterada para se adequar às novas bancadas, cujos tamanhos mudaram muito depois da posse. Além do mais, alguma decisão só poderá ser tomada quando o plenário votar a medida provisória que está trancando a pauta.

O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), encaminhou ontem ofícios aos líderes pedindo que indiquem os representantes dos partidos no conselho. A nova composição reduz o número de indicados de PMDB, PFL e PSDB em um representante, respectivamente, de 5 para 4, de 4 para 3 e de 3 para 2. O total de representantes de PT, PDT, PSB, PPS e PL aumenta de 3 para 5 senadores.

O presidente do conselho, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), reiterou ontem que o relatório parcial da Polícia Federal contém “indícios suficientes” para abrir um processo que poderia levar à cassação do mandato de ACM. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (SP), acredita que a bancada petista agiu bem ao se decidir pela realização de uma investigação enquanto a Polícia Federal conclui o inquérito dos grampos.

A decisão de mudar agora a composição do conselho surpreendeu um de seus titulares, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT). Segundo ele, os dois anos do mandato se encerrariam em julho e não agora. “Estão mutilando o meu mandato”, protestou.